

A COMUNHÃO TRINITÁRIA COMO MODELO À COMUNHÃO ECLESIAL

THE TRINITARY COMMUNION AS A MODEL FOR ECCLESIAL COMMUNION

Guilherme Caetano da Silva¹

Resumo: O nosso objetivo neste trabalho não é esgotar toda a problemática da comunhão entre os batizados tendo como referência a trindade, mas compreender os estados da Igreja e sua relação de comunhão. A fim de evidenciar a tomada de consciência desta realidade na vida da Igreja, o trabalho buscará demonstrar a compreensão desta comunhão primeiramente tendo como fundamento e modelo a Trindade Santa, na qual professamos ser a fonte e origem de tudo. Seguimos buscando as razões da inabitação na alma do homem que se revela para nós como a mais perfeita comunhão com as Pessoas Santas. Não menos importante, apontaremos essa unidade manifestada não somente de modo pneumático, mas de modo hierarquizado e socialmente visível tendo a caridade como vínculo de toda comunhão. Por fim, algumas considerações sobre nossas impressões a respeito da relevância do assunto estudado.

Palavras-chave: Comunhão. Igreja. Trindade. Teologia.

Abstract: Our objective in this work is not to exhaust the whole problem of communion among the baptized with reference to the Trinity, but to understand the states of the Church and their relationship of communion. In order to highlight the awareness of this reality in the life of the Church, the work will seek to demonstrate the understanding of this communion primarily having the Holy Trinity as its foundation and model, in which we profess to be the source and origin of everything. We continue to search for the reasons for the inhabitation in the soul of the man who reveals himself to us as the most perfect communion with the Holy People. No less important, we will point out this unity manifested not only in a pneumatic way, but in a hierarchical and socially visible way with charity as the link of all communion. Finally, some considerations about our impressions regarding the relevance of the studied subject.

Keywords: Communion. Church. Trinity. Theology.

Introdução

Ao estudar a relação de comunhão existente na Igreja estamos tratando de um importante dogma da fé católica. No culto oficial da Igreja, Santa Missa, facilmente se reconhece esta comunhão e relação entre os estados militante, padecente e celeste, seja pelas súplicas oferecidas em sufrágio dos fiéis falecidos, pela intercessão da Virgem Maria e dos Santos ou ainda pelos outros que unidos com o sacerdote oferecem o Santo Sacrifício.

Ao longo dos séculos, em vários momentos da história, foi necessário revisar os fundamentos desta prática valendo-se da tradição e da Sagrada Escritura. Pertencer a

¹ Licenciado em Filosofia e discente em Teologia na Faculdade João Paulo II. E-mail: guilherme_caetano_@hotmail.com

este corpo nos coloca em uma dinâmica de relação, aonde ao mesmo tempo que se oferece também se recebe, pois este corpo que é vivo nunca se coloca inercie, mas em uma dinâmica de constante comunicação de bens.

Ter clareza sobre esta verdade nos ajudará a entender melhor o que professamos, o que rezamos e qual o nosso verdadeiro lugar neste grande corpo que tem como cabeça Nosso Senhor Jesus Cristo.

1. A vocação da Igreja à comunhão

Quando nos lançamos a estudar qualquer tema escatológico, logo percebemos que a dinâmica cristã da salvação não é e nunca foi uma proposta personalista ou egocêntrica. No que tange a matéria de salvação todos os cristãos encontram-se ligados e responsáveis uns pelos outros. Para o crente, fica evidente que a salvação é sim, individual, mas ninguém se salva sozinho. Ao recorrermos à doutrina trinitária, encontramos a origem e o modelo perfeito desta unidade na Igreja. Lembra-nos Santo Agostinho (apud, Leão XIII) que: “Quando se fala sobre a Trindade, convém fazer com prudência e humildade, pois em nenhuma outra matéria intelectual é maior o trabalho e o perigo de se equivocar”.

O Deus veterotestamentário clama para si insistentemente a fidelidade do povo a um único Deus. Entra aqui o monoteísmo que nos leva a um conhecimento cada vez mais claro sobre o ser de Deus, numa perspectiva mais funcional do que propriamente dito da essência de Deus (cf. 1Rs 18,21.39; Is 2,8.18; Jer 2,11; Dt 6,4 etc.). Tal atributo de Deus revelará mais perfeitamente as pessoas na sua individualidade.

A hermenêutica bíblica, no contexto do Primeiro Testamento, encontra sinais da manifestação trinitária, mesmo que ainda de forma velada já na perícopes da criação. É importante ressaltar, como nos ensina a Tradição, que será apenas no Segundo Testamento que se chegará ao pleno conhecimento das Pessoas divinas por Cristo (Jo 14, 26).

No decorrer da história da Igreja e dos questionamentos que foram sendo levados nos concílios percebe-se que paulatinamente os cristãos vão ganhando consciência desta verdade e incorporando-a nas catequeses e na liturgia.

O que se verifica no Novo Testamento é a presença da fé, trinitária, na doxologia, na catequese, particularmente batismal. É no âmbito destes

contextos que aparecem as fórmulas ternárias base de uma referência trinitária para a nossa leitura cristã de Deus (BOFF, 1987, p.53).

Esta unicidade ternária é plenamente revelada pelo próprio Cristo (cf. Jo 10,30) e torna-se dogma de fé, modelo de seguimento para a Igreja peregrina e prefiguração da vida futura que Deus prepara para todos os homens (cf. Jo 14, 1-11). Ao ser batizado, o homem é inserido neste estado de comunhão com Deus e com a Igreja. De outro modo, não se pode viver a fé.

A chave de leitura para entender a Trindade é Jesus, o peso de sua pregação e a autoridade que lhe é atribuída. Quando fala, só tem razão porque é o Pai quem o envia como protagonista da revelação e portador da salvação (cf. Rm 1,4). Na missão de Jesus está a vontade do Pai, que revela a mesma natureza e missão. Podemos dizer que esta relação se fundamenta na soteriologia já que tudo tem como fim o plano salvífico de Deus.

A relação de Jesus com o Pai é expressa com tamanha intimidade quando o chama de “Abba” (Mc,14,36):

Os evangelhos nos conservaram a originalidade da experiência de Jesus com o seu Deus. Trata-se de algo extremamente íntimo e único, pois Jesus o expressou por uma palavra tirada da simbólica de comunhão familiar, Abba, que na linguagem infantil significava papaizinho. Era na oração quase sempre feita a sós (cf. Mc1,35; 6,46; 14,32-42; Lc 3,21; 5,16; 6,12; ,28; 11,1), que Jesus invocava seu Pai. (BOFF, 1987, p.45).

Tratemos agora sobre o Espírito. Em nenhum ato da vida de Jesus, Ele, o Espírito, esteve ausente como relataram os autores dos Evangelhos. Está intimamente unido à missão de Cristo e conseqüentemente ao Pai. Na perícopie do Batismo de Jesus no rio Jordão (cf. Jo 12,13-14) encontra-se uma importante teofania trinitária. Evidencia-se a presença da Trindade na resposta do Pai ao Filho, que enquanto é batizado assiste a manifestação o Espírito sobre Si. Também em outros momentos da vida de Jesus a presença do Espírito é descrita, como na sua encarnação (cf. Lc 1,35; Mt 1,20), quando o Espírito o impele a ir ao deserto (cf. Mc 1,12) ou ainda pela autoridade e força que realiza os milagres (cf. Mc 3,20-30). Este mesmo Espírito é enviado pelo Filho sobre a Igreja, recebe o mandato de continuar e conservar a obra de Cristo até que Ele venha novamente (cf. Jo 12,13-14).

Chama-nos a atenção à unicidade e a relação que se pode conferir a Deus. Neste aspecto, podemos identificar o fundamento e o princípio da realidade divina, que se estende a tudo o que é criado e principalmente ao homem, meta da criação, que fora feito a sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26-27). Esta unidade das coisas criadas que agora se encontra imperfeita pelo pecado, um dia retornará a realidade primeira para a qual fora feita (cf. Ap 21,4).

Das várias correntes teológicas que explicam a sistematização trinitária inspira-nos a escola de tradição agostiniana que posteriormente seguiu com São Boaventura, São Tomás de Aquino e a escola franciscana, encontrando adeptos até hoje.

Influenciado pela filosofia platônica, Agostinho apresentará Deus como o *Sumo Bem*, o Amor perfeito (cf. 1Jo 4,16). Para ele é próprio do amor comunicar-se e por isso revelou-se no Filho que possui a mesma natureza do Pai, seu único princípio. Desta relação existente entre o Pai e o Filho é a causa única do Espírito Santo, e por isso, é a expressão da relação existente Pai e Filho.

Nota-se que para os adeptos da corrente agostiniana o ponto de partida para uma explicação das Pessoas divinas é a unicidade do Sumo Bem (Deus Pai) e é só a partir deste aspecto que se pode entender a dinâmica *ad intra* da realidade divina. É em unidade que as três Pessoas são apresentadas, em igual majestade e substancialidade. Não se trata de modos diferentes de Deus, mas de modos de processão e concretização da mesma essência. São distintos e reais. *Una substantia – tres personae*. “A substância divina, una, indivisa, e homogênea constitui-se em três Pessoas individuais, divinas. Por isso inversamente, as três Pessoas são diferentes entre si, mas unas na sua substância divina comum” (MOLTMAN, 2000, p.30).

São João Damasceno e os teólogos capadóciotes utilizavam o termo *pericórese* em grego e *circumincessio* em latim para também explicar a inabitação perfeita e íntima de uma Pessoa divina na outra.

O ponto de partida é a consubstancialidade, mesmo as Pessoas sendo três, uma é a substância, conferindo grau idêntico de divindade. Afirma Boff:

A diferença real nos modos de processão e de concretização da mesma e única essência se baseia na diferente procedência de uma Pessoa da outra. Assim dizemos: o Pai (a primeira Pessoa) possui a essência como essência não gerada nem comunicada, princípio sem princípio; o Filho (a segunda Pessoa) recebe a essência por geração do Pai; o Espírito Santo (a terceira Pessoa) recebe a essência por espiração do Pai e do Filho conjuntamente (BOFF, 1987, p.105).

A unicidade como característica essencial da trindade é fundamental para a sua compreensão. Também a escola de tradição oriental parte da ideia de unidade, agora não mais dando enfoque a substância divina que une as Pessoas, e sim, a partir da Pessoa do Pai, ele é a única origem da divindade e, por isso, todas as Pessoas são consubstanciais a ele porque participam desta única fonte que é Ele.

Professar que esse Deus incriado uno e trino, é a origem e a fonte de todas as coisas criadas é necessariamente também crer que toda realidade converge para uma unidade. “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21).

2. As razões da inabitação na alma do homem

Buscando compreender a condição de comunhão na qual o homem está inserido, é importante versar sobre a inabitação, em outras palavras, a presença de Deus na alma humana.

Podemos iniciar com a seguinte reflexão: assim como um escultor em tudo o que esculpe deixa seus traços característicos no que faz, também o homem que é a obra mais perfeita de Deus, traz em si não somente os traços, mas a presença do seu Criador. Longe de ser puro romantismo a inabitação da Trindade é uma realidade, uma verdade testemunhada pela Igreja.

Deus habita dentro da alma em estado de graça. Preferencialmente, se atribui essa inabitação ao Espírito Santo, não porque caiba uma presença especial do Espírito Santo que não seja comum ao Pai e o Filho, mas por uma muito conveniente apropriação (MARÍN, 2017, p. 92,93).

Com insistência nos escritos do Segundo Testamento é possível identificar várias afirmações sobre esta realidade que ora, era dita pelo próprio Jesus e ora, por seus discípulos (cf. Jo 14,23; 1Jo 4,16; 1Cor 3,16-17; 1Cor 6,1; 2Cor 6,16; 2Tm 1,14).

Segundo Marín, podemos distinguir até cinco presenças de Deus completamente distintas. Primeiramente, podemos encontrá-la na realidade hipostática de Jesus que é Cristo e homem. Segundo, de modo especial na Eucaristia que também é o Corpo de Cristo e por isso, conseqüentemente, de modo mútuo encontra-se a Trindade. Terceiro, pela presença de visão, Deus está presente em todos os lugares. Quarto, por imensidade

e aqui podemos considerar também que por essência, pois é Ele quem sustenta tudo, por presença enquanto continuamente tudo o que é criado está diante de seus olhos e por potência, pois tudo é submetido a Ele. E por fim, a quinta presença é a da inabitação, que como já dissemos anteriormente, é a presença divina da Trindade no homem.

Num primeiro momento, podemos pensar que a presença por inabitação e por imensidade são as mesmas coisas, mas é necessário esclarecer que a inabitação conta com mais duas ideias fundamentais: a primeira de paternidade que se funda na graça santificante, a segunda é a amizade pautada na caridade.

Frequentemente atribuímos a Deus certa paternidade sobre os homens, mas quando isto é feito, não estamos nos referindo à ordem natural das coisas. Este lugar é ocupado somente por Jesus Cristo, como professamos no credo “seu único Filho nosso Senhor”, mas pela graça santificante temos o que chamamos de uma participação adotiva que é verdadeira e misteriosa na sua divindade. Destacamos que a presença por inabitação se dá de modo superior àqueles que se tornam filhos de Deus o que difere da presença de imensidade que é comum a tudo o que existe (seres animados e inanimados).

O aspecto da amizade tem como consequência a presença das virtudes infusas: fé, esperança e caridade. Entre elas destaca-se a caridade (cf. 1Cor 13,13) que é a própria essência de Deus (cf. 1Jo 4,8), ela é capaz de colocar o homem não mais em uma relação de criatura, mas de verdadeiro amigo.

No cristianismo, a inabitação equivale à união hipostática na Pessoa de Cristo, embora não a seja, senão a graça habitual que nos constitui formalmente como filhos adotivos de Deus. A graça santificante penetra e embebe formalmente nossa alma divinizando-a. Mas a divina inabitação é como a encarnação ou inserção em nossas almas do absolutamente divino: do próprio ser de Deus tal como é em si mesmo, um em essência e trino em Pessoas (MARÍN, 2017, p.97).

Podemos dizer que a Santíssima Trindade inabita nossa alma para nos fazer participantes de sua vida íntima divina. Levando em consideração nosso estado de criatura a inabitação nos torna participantes da vida íntima divina. São João da Cruz, Doutor da Igreja nos dirá em sua obra cânticos espirituais:

Se Deus, de fato, lhe concede a graça de ser unida à Santíssima Trindade, tornando-se a alma assim deiforme e Deus por participação, como podemos achar incrível que ela tenha em Deus todo o seu agir, quanto ao entendimento, notícia e amor, ou, melhor dizendo, sejam

suas operações todas feitas na Santíssima Trindade, juntamente com Ela, como a mesma Santíssima Trindade? Assim, o é, porém, por participação e comunicação, sendo Deus quem opera na alma. Nisto consiste a transformação da alma nas três divinas Pessoas, em poder, sabedoria e amor, nisto também torna-se a alma semelhante a Deus, e para chegar a este fim é que foi criada à Sua imagem e semelhança [...] (MARÍN, 2017, p.99).

Por fim, também podemos afirmar que a Santíssima Trindade inabita em nossas almas para nos dar a plena possessão de Deus e o gozo das divinas Pessoas e é esta a finalidade maior da inabitação. Escreve Marín:

Não se diz que possuímos senão aquilo de que livremente podemos usar e desfrutar. Ora, somente pela graça santificante temos a possibilidade de desfrutar da pessoa divina (“postetatem fruendi divina persona”). Pelo dom da graça santificante a criatura racional é afeiçoada, não só pode usar livremente daquele dom criado, senão para gozar da própria pessoa divina (“ut ipsa persona divina fruatur”) (MARÍN, 2017, p.103).

O teólogo Antonio Royo Marín (2017), aponta três modos de aperfeiçoar a presença divina na alma: pelos sacramentos por sua própria natureza, pela prática das virtudes infusas e pela oração por sua força.

Não poderíamos negligenciar a realidade de comunhão eclesial que pode ser expressa nas duas realidades da Igreja: em sua forma visível, socialmente e hierarquicamente organizada, e invisível em sua realidade pneumática e celestial.

É antes necessário lembrar que ela é e sempre foi vontade de Deus e já na eleição de Israel era prefigurada. Com Cristo e por Ele chega a sua plenitude, revelação e instituição, assumindo a missão de levar os homens a Deus até que Ele novamente venha. Portanto, erra quem afirma que a mesma é puramente uma constituição humana e social desconsiderando o seu caráter espiritual e necessário para salvação. “E primeiramente com a morte do Redentor, foi abrogada a antiga Lei e sucedeu-lhe o Novo Testamento; então com o sangue de Cristo foi sancionada para todo o mundo a Lei de Cristo com seus mistérios, leis, instituições e ritos sagrados” (MC, 1943, n.28).

Também o Magistério na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, disse que: “[...] a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (nº1).

Nas Escrituras várias são as imagens que representam a Igreja ora como redil, (cf. Jo 10, 1-10), como vinha (cf. Mt 21, 33-43), construção (cf. 1Cor 3,9), como esposa do cordeiro (cf. Apoc. 19,7; 21,2. 9; 22,17) e também como um corpo (cf. Cor 1,27).

São Paulo em sua carta dirigida aos Coríntios (1,27) apresenta a Igreja com a imagem de um corpo onde a cabeça é Cristo e, por isso, é dotado de maiores qualidades. Desta representação, três características chamam atenção, o corpo é sempre uno, indiviso e visível. Mesmo sendo dotado de vários membros e funcionalidades, não perde a sua forma organizada de trabalhar, mas, cooperam para a saúde de todos sem levar em consideração a importância que cada um ocupa neste trabalho.

Dizer que mesmo enquanto rege o seu corpo, Cristo conta com a colaboração de seus membros na realização de sua obra de salvação, não é dizer que seja incapaz de fazê-lo sozinho ou por fraqueza. Na verdade, o que deseja é que assumamos também como um projeto nosso, ao mesmo tempo, nos incorpora e nos torna aptos de tão grande mistério.

Os que recebem as águas do batismo são lavados do pecado original e ganham acesso aos outros sacramentos, mas também são assinalados de tal modo que são feitos filhos da Igreja tornando-se parte deste corpo. A partir daí sua vitalidade está em um único alimento, a Eucaristia. “Pela sagrada Eucaristia alimentam-se e fortificam-se os fiéis com um mesmo alimento e se unem entre si e a divina Cabeça de todo o Corpo com um vínculo inefável e divino (MC, 1943, p.18).

Quando tratamos desta unidade visível, não queremos de modo algum dizer que existe uma separação entre a sua realidade também invisível, pelo contrário, ela é antes uma única realidade coesa e complexa. Neste aspecto reafirma o Concílio Vaticano II quando diz:

Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino (LG, 1964, n.8).

Vale ressaltar que indistintamente, todos são chamados à santidade e esta é a condição para se manter unido a este corpo. Ora, são considerados membros aqueles que nasceram pelo batismo e não romperam voluntariamente esta comunhão ou que não foram cortados pelas legítimas autoridades. Lembremos também que quem nega a autoridade da Igreja recusa ao próprio Cristo, e, portanto, está fora deste corpo que necessariamente em tudo deve ser indiviso.

Nem todos os pecados, embora graves, são de sua natureza tais que separem o homem do corpo da Igreja como fazem os cismas, a heresia e a apostasia. Nem perdem de todo a vida sobrenatural os que pelo pecado perderam a caridade e a graça santificante e por isso se tornaram incapazes de mérito sobrenatural, mas conservam a fé e a esperança cristã, e alumados pela luz celeste, são divinamente estimulados com íntimas inspirações e moções do Espírito Santo ao temor salutar, à oração e ao arrependimento das suas culpas (MC, 1943, n.22).

Ao afirmar tamanha unidade entre o corpo e a cabeça podemos versar que este fato se dá por possuírem a mesma natureza (2Pd 1,4). Cristo ao tomar a natureza humana o fez para nos tornar participantes de sua natureza divina, tanto nesta realidade enquanto peregrinamos como na futura que nos foi preparada.

3. A unidade pneumática e a caridade como vínculo de toda comunhão

A unidade da Igreja se dá na presença do Espírito Paráclito, pois quem não está no Espírito não pertence a Cristo (Rm 8,9). Ele que procedo do Pai e do Filho, acompanhou o Filho durante toda a sua missão e tornou-se promessa para a Igreja. E segundo São Paulo é ele mesmo que nos torna filhos adotivos de Deus (Rm 8, 14). Esse mesmo Espírito está em plenitude na cabeça e movendo todo o corpo indistintamente de seu grau hierárquico conforme a sua saúde espiritual e que não está com graça santificante nos membros separados.

O Concílio Vaticano II reafirma o que fora dito em Trento: “Fundado na Escritura e Tradição, ensina que esta Igreja, peregrina sobre a terra, é necessária para a salvação (LG, 1964, n.14)”. Por fim, o mesmo concílio apresenta a virtude da Caridade como necessidade para se salvar e permanecer incorporado neste corpo. “Não se salva, porém, embora incorporado à Igreja, quem não persevera na caridade [...] (LG, 1964, n.14).”

Quando falamos de Caridade estamos tratando também sobre a graça santificante, ela é a essência da vida sobrenatural, não possui função operativa e consequentemente não é um elemento dinâmico. Tal graça é infundida na alma juntamente com as virtudes teologais e os dons do Espírito Santo. O primeiro elemento ativo em nossa alma são as virtudes infusas e por isso dizemos que “são princípios operativos sobrenaturais para que o homem possa tender ao fim sobrenatural de uma maneira perfeita [...]” (MARÍN, 2017, p.95).

Não se deve pensar que graça santificante e virtude são a mesma coisa: a primeira é um hábito entitativo, que se refere exclusivamente a Deus, e a segunda é um hábito operativo, que produz efeito e conta com a colaboração do homem.

Não se deve pensar que alguém considerado virtuoso haja exclusivamente sob o impulso das forças divinas sobrenaturais, mas agem na ordem natural com as virtudes sobrenaturais, ou seja, num processo de ascendência do natural ao sobrenatural. Mesmo assim, em todo caso, é oportuno evidenciar que a ordem sobrenatural é sempre superior à ordem natural.

São virtudes teologais a fé, a esperança e a caridade, recebem tal adjetivo porque são infusas gratuitamente na alma do homem por Deus e, por isso, são compreendidas como dom. A caridade, objeto de nosso estudo, é, pois, a amizade com Deus tornando-o filho e herdeiro de sua glória. Podemos dizer que o objeto material é Deus e posteriormente o próximo e as coisas, mesmo com tantas finalidades a razão formal é a bondade em si mesma. Vale destacar como afirma São Paulo (1Cor 13,13) que a caridade é a maior entre todas as virtudes. “Porque a fé nos dá a conhecer e nos une com a primeira verdade, a esperança nos faz desejar como Sumo Bem para nós, e a caridade nos une com Ele com amor de amizade, enquanto infinitamente bom em si mesmo” (MARÍN, 2017, p.104).

A caridade faz tudo convergir para Deus e por isso pode crescer no homem. Ela não cresce por adição, mas em qualidade. Não por qualquer ato, mas sempre em um ato superior ao que fora anteriormente praticado. Pois, se qualquer ato pudesse crescer em nós tal virtude seria aumentada por adição, mesmo que tal ato fosse ainda fraco. Para elucidar podemos tomar o exemplo dado por Marín: assim como dois termômetros lado a lado que marcam certa temperatura juntos não podem aumentar a temperatura do ambiente, do mesmo modo ocorre o crescimento da virtude em nós, sempre é necessário aumentar a caridade em si e por isso maior excelência nos atos praticados. Logo, podemos concluir que, não cresce na caridade (cf. 1Cor 13) quem não cresce também nas obras (cf. Tg 2, 14-26). E que devemos considerar que os menores atos de caridade, mesmo os menos intensos, fazem com que cresçam em nós tal virtude. Vale destacar que os sacramentos também possuem importância no crescimento da graça, contanto que não lhe coloque impedimentos como a ausência do estado de graça.

Sobre tal estagnação espiritual comenta Marín recorrendo a São Tomás de Aquino:

Como disse Santo Tomás o grau da caridade alcançado nunca diminui em si mesmo. Mesmo que se viva anos de tibieza praticando atos inferiores ou menos intensos, a não ser que cometa um pecado mortal, em cujo, caso não só diminui se não, destrói totalmente, baixa bruscamente a zero. Ocorre algo como com os termômetros que usam os médicos para verificar a febre dos doentes: sobem (sem aumentam o grau de febre), mas não baixam a não ser a base de uma brusca e violenta sacudida (pecado mortal)². (MARÍN, 1962, p.473, tradução nossa).

A caridade faz com que amemos tudo o que reflete o amor de Deus e que é digno de seu amor. Agir assim faz com que tudo seja pautado na caridade e consequentemente tudo volte para Deus, que como disse São João, é amor (1Jo 4,8). Por isso, quando amamos alguém ou algo que não tenha como razão Deus, não pode ser considerado caridade. Em outras palavras, a caridade deve ser amada e praticada justamente pelo que é. Nós, enquanto destinatários deste amor, também devemos nos amar, não com um amor egoísta, mas sempre tendo como via a caridade. “Unicamente nos amamos de verdade quando nos amamos em Deus, por Deus e para Deus (MARÍN, 1962, p.478, tradução nossa).”³

Revogada a antiga lei, Cristo instaura por excelência o mandamento da caridade (cf. Jo 13,34) que deve ser levado até as últimas consequências amando inclusive os inimigos (cf. Mt 5, 38-40). Tais referências também podem ser encontradas nos Evangelhos sinóticos (cf. Mt 10,22-35; Mc 12, 2-31; Lc 10, 25-28). Poderíamos nos perguntar: Quando amamos os nossos inimigos não estamos indo contra nós mesmos? Quando amamos o inimigo estamos concordando com o mal ou o pecado? Não! Como dissemos anteriormente, ama-se o inimigo a partir de sua dignidade diante de Deus e de ser considerado seu filho, aquela ideia primeira de que tudo converge para a caridade, ou seja, o amor em si. E por isso, o destinatário do amor não é o pecado, mas a sua condição de destinatário deste amor.

A história do amor entre Deus e o homem consiste precisamente no facto de que esta comunhão de vontade cresce em comunhão de pensamento e de sentimento e, assim, o nosso querer e a vontade de Deus coincidem cada vez mais: a vontade de Deus deixa de ser para

² “[...] como disse Santo Tomás (24,10), el grado de caridade alcanzando *nunca disminuye en sí mismo* aunque se viva muchos años en la tibieza practicando actos inferiores o menos intensos; a no ser que se cometa un pecado mortal, em cuyo caso no sólo disminuye, si no que se destruye totalmente: baja bruscamente a cero (24,12). Ocorre algo así como con los termómetros que usan los médicos para tomar la fiebre a los enfermos: suben (si aumenta el grado de fiebre), pero no bajan, a no ser a base de una brusca y violenta sacudida (pecado mortal).

³ “Unicamente nos amamos de verdad cuando nos amamos em Dios, por Dios e para Dios.”

mim uma vontade estranha que me impõem de fora os mandamentos, mas é a minha própria vontade, baseada na experiência de que realmente Deus é mais íntimo a mim mesmo de quanto o seja eu próprio (DC, 2005, n. 17).

Nesta relação de caridade, os santos ocupam um lugar especial. Se devemos amar nossos inimigos, muito mais aqueles que foram considerados dignos de Deus e já vivem a plena ou parcial caridade, é o caso dos anjos, santos e almas do purgatório.

“Temos que amar os anjos, os bem-aventurados e as almas do purgatório com verdadeiro amor de caridade, já que isto se funda a comunicação da Bem-aventurança eterna, que é comum com todos eles⁴” (MARÍN, 1962, p.481, tradução nossa).

E como bem souberam os santos em tudo o que fizeram “a caridade constitui, em nós, a fonte principal do mérito diante de Deus” (CIC, 1999, n. 2026).

Quando tratamos a respeito da comunhão nas coisas santas estamos nos referindo ao nono artigo do Credo. O termo Comunhão dos Santos traz implícitos dois significados: *sancta* e *sancti*. O primeiro refere-se às coisas santas e o segundo as pessoas santas que trataremos posteriormente quando estudarmos a temática da santidade.

A comunhão nas coisas santas se dá pela Fé, Sacramentos, Carismas, Serviço e pela Caridade. A Fé professada pelos fiéis que é a mesma ensinada pelos Apóstolos e defendida pela Igreja. Pelos sacramentos destacamos o batismo e a Eucaristia. O primeiro no insere nesta comunhão e o segundo nos fortalece com a presença do autor da graça. Existe também a comunhão dos carismas que é ofertado pelo Espírito Santo para o favorecimento de todos, pois o carisma ofertado pelo Espírito tem como fim ser colocado a serviço da comunidade. E por fim, a comunhão na caridade, ou seja, por estarmos unidos em um único corpo, todos os atos praticados refletem em benefícios para todo o corpo. “Como esta Igreja é governada por um só Espírito, todos os bens que ela recebeu se tornam necessariamente um fundo comum” (CIC, 1999, n.47).

Por outro lado, os que romperam a comunhão pela prática de pecados mortais estão privados de receberem estes bens.

Porque é a graça de Deus, vida sobrenatural da alma, que une os fiéis a Deus e a Jesus Cristo como seus membros vivos e os torna capazes de fazer obras meritórias para a vida eterna; e porque aqueles que se

⁴ “Hay que amar a los Ángeles, a los bienaventurados y a las almas del purgatório con verdadero amor de caridad, ya que éste se funda en la comunicación de la bienaventuranza eterna, que nos es común con todos ellos.”

encontram em estado de pecado mortal, não tendo a graça de Deus, estão excluídos da comunhão perfeita dos bens espirituais e não podem fazer obras meritórias para a vida eterna (CATECISMO DE SÃO PIO X, 2010, n.218).

Considerações finais

Pensar em uma comunhão eclesial a partir da trindade é muito mais do que simplesmente acreditar que os estados da Igreja estão unidos entre si, mas que possuem também uma relação de assistência. Deus que é causa primeira de tudo o que existe, vive em uma dinâmica *ad intra* de perfeita de comunhão consigo, pois a fé na trindade é afirmar existir três pessoas da mesma substancia divina e a mesma majestade. O caráter de unicidade entre a trindade é fundamental para a reta compreensão de Deus no cristianismo.

O desejo do criador em permanecer com a sua criatura, revela-se também pela graça santificante que é depositada na alma do homem quase que o “divinizando”. A inabituação, tema tratado por muitos santos, confere ao crente o grau da paternidade e amizade com Deus, e o impulsiona para uma vida de busca pelas virtudes e santidade.

De modo visível a Igreja, plano de Deus, que é socialmente e hierarquicamente organizada, expressa em sua natureza e modo de ser este estado de comunhão onde Cristo é a cabeça e todos nós os seus membros (1Cor 12,27). Por outro lado, aqueles que receberam o batismo e foram incorporados nesta divina sociedade pela caridade, mesmo depois da morte através de uma realidade pneumática não rompem seus laços conosco e de um modo misterioso e divino permanecem unidos aos vivos que também fazem parte deste grande corpo, cuja cabeça é o Nosso Senhor Jesus Cristo.

A condição para se manter unido a este corpo é a santidade que é atributo primeiro de Deus e que nos é concedido por participação. A pedagogia divina ao longo da economia da salvação apresentou a santidade de vários modos tendo o seu ápice no Verbo. Nos textos veterotestamentários a santidade é um atributo exclusivo de Deus. Como condição para manter-se unido ao seu povo que constantemente rompe a aliança estabelecida, vários rituais e práticas são estabelecidos a fim de purificar e reparar o pecado cometido.

Com o advento do Cristo a santidade sai dos ritos e torna-se uma realidade íntima do homem, lugar onde Deus quer estar. Pela paixão, morte e ressurreição de Jesus, o único e eterno mediador entre Deus e os homens, a santidade não se restringe

mais aos hebreus, agora, é oferecida a toda a humanidade. Chegado o tempo do Espírito, Ele assume o papel de conduzir e santificar a Igreja. Ao olhar para as cartas do Apóstolo Paulo logo se percebe que quando se dirigia as primeiras comunidades tratava-os como santos justamente pela força da ação redentora de Cristo e de sua universalidade salvífica.

Quando o cristianismo espalhou-se, os mártires, pela fé levada até as últimas consequências e profunda santidade mostravam-se como verdadeiras testemunhas de Cristo. Logo, por seus méritos eram tidos como intercessores, pois “a união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os outros aos quais Ele Se entrega” (DC, 2005, n.14). O culto aos santos e o dogma da comunhão dos santos nasce da experiência de fé das primeiras comunidades cristãs, prática verdadeiramente herdada e conservada pela tradição da Igreja.

Em vários momentos de sua história, a Igreja foi questionada e respondeu adequadamente através de seu magistério com concílios e declarações, como fez em 787, no segundo concílio de Niceia em torno da veneração aos santos e o uso de imagens. Esta problemática, por outro lado, levou também a responder quem eram os santos, qual a relação que se tinha com eles e no que se fundamentava a sua veneração. Mesmo sofrendo com a instabilidade do império os padres sinodais reconheceram a prática como lícita e verdadeiramente católica, apesar dos abusos vividos na época.

De modo não menos conflituoso, agora durante a idade moderna, pela rebeldia de Martinho Lutero a Igreja vê-se novamente questionada. Com o abuso da venda de relíquias e indulgências e fundamentando-se na única medição de Cristo nega a doutrina do culto aos santos, a sua veneração, o uso de relíquias e as práticas de indulgências. Trento, conhecido como o concílio mais longo da história realizado em três períodos manteve-se firme a tradição, soube corrigir os excessos e reorientou a sua teologia na perspectiva da salvação.

Atualmente o Concílio Vaticano II, último até o momento, não se preocupou em fazer definições doutrinárias, mas em renovar a sua pastoralidade. Diante de tantas correntes filosóficas e teológicas céticas contemporâneas, ao tratar da Igreja, soube apresentá-la não apenas como uma instituição hierarquicamente e socialmente organizada, mas como uma grande comunidade de fiéis intimamente unidos por uma comunhão sobrenatural.

Numa época de crise das utopias colectivas, num período de desconfiança e de incredulidade em relação ao que é teórico e ideológico, está a nascer uma nova atenção para com os santos, figuras singulares em que se encontra não uma nova teoria e nem sequer simplesmente uma moral, mas um desígnio de vida a narrar, a descobrir através do estudo, a amar com devoção e a realizar mediante a imitação (CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS, 2003, não paginado).

Por isso, quando falamos de uma comunhão Eclesial necessariamente estamos tratando de uma comunhão com a Trindade. Percebe-se que ao longo da história da Igreja, ela vai tomando consciência desta realidade seja pelo reconhecimento e sistematização feito pelo Magistério, seja pela própria prática de piedade, muitas vezes corrigida, mas sempre viva nos cristãos ao longo dos séculos. “E é indubitavelmente neste sentido que, quando olhamos para a Igreja, jamais devemos esquecer de ver nela o rosto da "mãe dos santos", que gera santidade com fecundidade e generosidade superabundantes" (CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS, 2003, não paginado).

Referências

- ALBERIGO, G. *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 2015.
- BENTO XII, Papa. *Benedictus Deus*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1336. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedictus-xii/la/documents/constitutio-benedictus-deus-29-ian-1336.html>. Acesso em: 30 out. 2019.
- BENTO XVI, Papa. *Carta Encíclica Deus Caritas est*: sobre o amor cristão. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html. Acesso em: 30 out. 2019.
- _____. *Carta Encíclica Spe Salvi*: sobre a esperança cristã. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html. Acesso em: 30 out. 2019.
- BIBLÍA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BOFF, L. *A Trindade e a Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1999.
- CATECISMO MAIOR DE SÃO PIO X: terceiro catecismo da doutrina cristã. Niterrói: Permanência, 2010.
- CESÁREIA, E. *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus, 2017.
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS. *Reflexão do Cardeal José Saraiva Martins: o significado dos Santos hoje num mundo em mudança*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2003. Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/rc_con_csaints_doc_20030315_martins-saints_po.html. Acesso em: 30 out. 2019.

PAULO VI, Papa. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*: sobre a Igreja. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1964. Disponível em:
http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 30 out. 2019.

DENZINGER, H; HÜNERMANN, P. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 3. ed. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2015.

MARÍN, A. R. *O Grande desconhecido: o Espírito Santo e seus dons*. Ecclesiae, 2017. _____ . *Teología de la Perfeccion Cristiana*. Madrid: BAC, 1962.

MOLTMAN, J. *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIO XII, Papa. *Carta Encíclica Mystici Corporis Christi*: sobre o Corpo Místico de Jesus Cristo e nossa união nele com Cristo. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1943. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 30 out. 2019.

POZO, C. *Teología del más allá*. Madrid: Católica, 1968.

ROPS, D. *A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires*. São Paulo: Quadrante, 2014.

Leão XIII, Papa. *Carta Encíclica Divinum Illud Munus*: sobre a presença e virtude admirável do Espírito Santo. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1897. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leoxiii/en/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_09051897_divinum-illud-munus.html. Acesso em: 30 de out. 2019.

Recebido em: 10/02/2020

Aprovado em: 26/04/2020